



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA  
DIVISÃO DE APOIO AO COMITÊ INTERFEDERATIVO - DCI/PRESID

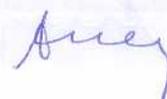
## ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERFEDERATIVO

8 Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e dezessete, às nove horas e quarenta  
9 minutos, na Sala de Decisão do Palácio Fonte Grande, situado à rua Sete de Setembro, nº 362, 9º  
10 andar, Centro – Vitória/ES, teve início a 18ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo sobre o  
11 Desastre de Mariana/MG. Verificado o quórum regulamentar (lista de presença anexa), a Presidente  
12 do CIF cumprimentou a todos e deu início aos trabalhos, solicitando a apresentação dos presentes.  
13 Inicialmente, o Secretário-Executivo do CIF informou sobre a nomeação da representante da Casa  
14 Civil como nova membro titular do CIF. Dentre os informes, comunicou que a Comissão  
15 Interministerial para os Recursos do Mar delegou ao Ministério do Meio Ambiente a incumbência  
16 da indicação de dois membros para o Conselho Consultivo da Renova. A Presidente do CIF  
17 apresentou dois nomes de servidores do Ibama: Gustavo Athayde, lotado na Superintendência no  
18 Espírito Santo; e Ubaldina Maria da Costa Isaac, lotada na Superintendência em Minas Gerais.  
19 Destacou que as escolhas consideram o perfil técnico e a ligação direta com o tema da recuperação  
20 ambiental do rio Doce. Votação. Ambas indicações para o Conselho Consultivo da Fundação  
21 Renova foram aprovadas. O CIF oficiará o MMA solicitando a indicação dos dois nomes para o  
22 Conselho Consultivo da Renova. Na sequência, o Secretário da SEMAD apresentou o nome do  
23 novo indicado pelo Estado de MG para compor o Conselho Fiscal da Renova, Robson Lucas da  
24 Silva, da Controladoria do Estado de MG. Votação. Aprovada a indicação para o Conselho Fiscal da  
25 Fundação Renova. Em seguida, a representante da Casa Civil informou que articulará, no âmbito da  
26 CGU, a indicação da União para o Conselho Fiscal da Renova. Provavelmente a indicação ocorrerá  
27 na próxima reunião do CIF. Na sequência, os membros do CIF foram consultados sobre a indicação  
28 para a suplência do membro indicado para o Conselho de Curadores da Renova. Nenhum nome foi  
29 apresentado. Adiante, houve consulta acerca das indicações para o NAF. A Presidente do CIF  
30 afirmou que o Ibama já possui provável nome para ser indicado e explicou a função e atuação do  
31 NAF, solicitando que os Governos de Minas Gerais e Espírito Santo também indiquem os  
32 respectivos membros até a próxima reunião. O Secretário-Executivo do CIF mencionou que o prazo  
33 para resposta ao CNDH está próximo de expirar, reiterando a solicitação aos coordenadores de CTs  
34 que ainda não enviaram subsídios para a resposta, para que providenciem a documentação  
35 tempestivamente. A SECEX reforçou o pedido de envio dos calendários de reuniões das CTs para  
36 publicação no site, de modo a evitar reuniões agendadas nas mesmas datas e facilitar o  
37 planejamento de todos. A representante do IEMA enfatizou a necessidade de rodízio dos locais das  
38 reuniões das Câmaras Técnicas. O Secretário da SEAPA sugeriu que, no início das reuniões  
39 ordinárias, sejam recapitulados os encaminhamentos e as deliberações das reuniões extraordinárias,  
40 geralmente com ampla participação por videoconferência, tendo em vista as dificuldades técnicas  
41 inerentes ao uso desse instrumento. A coordenadora da CT-SHQA frisou que as principais decisões  
42 da reunião constam em Ata. Outros membros do CIF também relataram dificuldades técnicas em  
43 relação à videoconferência. O representante do CBH-Doce asseverou que, devido ao aumento da  
44 demanda de trabalho nos próximos meses, será necessária a melhoria da parte técnica para a  
45 realização das reuniões por videoconferência para diminuição de gastos dos órgãos públicos com  
46 diárias e passagens, sugerindo que a Renova deve arcar com os custos da estruturação dos sistemas  
47 de videoconferência dos órgãos participantes. A Presidente do CIF fará consulta jurídica a respeito  
48 da proposta e a conformidade com o TTAC. O Secretário-Executivo do CIF informou que a Ata da  
49 4ª Reunião Extraordinária do CIF será publicada no dia subsequente à reunião atual, aceitando  
50 contribuições até a data prevista. Na sequência, comunicou que haverá reunião entre os  
51 coordenadores de Câmaras Técnicas, com possibilidade de videoconferência no Auditório 2 do  
52 Ibama, em data a ser confirmada nesta reunião. A coordenadora da CT-CPDCS informou que um  
53 dos pontos de pauta para a reunião será o alinhamento de conceitos de comunicação, diálogo e

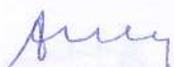
54 participação social, além da estratégia de atuação em relação à proximidade dos dois anos do  
55 desastre. A Presidente do CIF reforçou que a CT-CPDCS tem atuação multidisciplinar, enfatizando  
56 a importância da reunião para tratar do modelo de trabalho que integre as demandas das demais CTs  
57 junto à CT-CPDCS. A representante do IEMA sugeriu o convite às equipes de comunicação dos  
58 Estados, para que também participem da reunião. A Presidente concordou com a sugestão e  
59 esclareceu que a CT-CPDCS tem a função de comunicação ao público em geral e também o dever  
60 de garantir a participação popular nos mais diferentes programas. O Secretário da SEMAD sugeriu  
61 o convite aos demais membros do CIF e às respectivas equipes. Adiante, o Secretário-Executivo do  
62 CIF informou que as propostas de alteração do TTAC foram entregues aos representantes da AGU,  
63 MPF e aos advogados da Samarco, Vale e BHP Billiton, e que a conclusão das negociações está  
64 prevista para o dia trinta de outubro. Finalizando os informes gerais, o Secretário-Executivo  
65 mencionou que os representantes das colônias de pescadores solicitaram uso da palavra, extrapauta.  
66 A Presidente do CIF determinou que quatro representantes se manifestem em vinte minutos, cinco  
67 minutos para cada um, antes da apresentação da CT-OS. Próximo item da pauta, a Carta de  
68 intenções do escritório de acompanhamento de projetos e ações municipais foi projetada e o  
69 Prefeito de Mariana justificou a necessidade de criação do escritório devido à dificuldade dos  
70 Prefeitos da calha do rio Doce no acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pelo CIF, CTs e  
71 Renova, cumulado às execuções das obrigações municipais. O escritório promoverá a atualização  
72 das informações para todos os Municípios, mantendo o acompanhamento do cronograma das ações  
73 e dos relatórios periódicos. Segundo a proposta assinada por todos os Prefeitos dos municípios  
74 mineiros contemplados no TTAC, será necessária a locação de uma sala, a contratação de quatro  
75 técnicos, além de outros custos como energia, internet, veículo e gasolina, os quais devem ser  
76 arcados pela Renova. A Presidente do CIF questionou sobre a participação dos municípios  
77 capixabas. Os Prefeitos de Linhares e Baixo Guandu concordaram com a proposta, solicitando que a  
78 iniciativa se estenda às prefeituras do ES. Com relação ao custeio das despesas pela Renova, o  
79 Procurador Federal do Ibama ressaltou que pesquisará a possibilidade jurídica no TTAC, mas  
80 adiantou que não haveria entraves, caso seja uma liberalidade da Renova. O Secretário da SEAPA  
81 enalteceu a importância do escritório que atenderá grande número de municípios e ressaltou que a  
82 iniciativa melhorará a comunicação entre os Prefeitos e aperfeiçoará a atuação dos mesmos. O  
83 Prefeito de Mariana mencionou a insatisfação dos prefeitos devido à falta de informações. O  
84 Secretário da SEAMA apoiou a iniciativa, mas ponderou que o próprio Governo Estadual deve se  
85 aproximar mais dos municípios, e que o escritório não substitui a função que o Estado deve ter em  
86 relação aos municípios. A Presidente do CIF ressaltou que o escritório não poderá decidir questões  
87 diretamente com a Renova, devendo respeitar a estrutura já existente do CIF e o fluxo de trabalho  
88 com as CTs. Em seguida, sugeriu que os governos estaduais tenham um ponto focal para  
89 acompanhamento do funcionamento do escritório, para integrar o núcleo ao sistema do CIF e aos  
90 governos estaduais. A coordenadora da CT-SHQA concordou com a proposta, mas externou  
91 preocupação quanto aos relatórios periódicos que serão enviados para as CTs, devido ao aumento de  
92 demanda de trabalho que vem ocorrendo nos últimos meses, ressaltando que, para o CIF deliberar a  
93 respeito do tema, faz-se necessária nota técnica para consubstanciar a proposição. A Presidente  
94 argumentou que o registro em ata pode ser suficiente, frisando que todos os pontos devem ser  
95 negociados e acordados com a Renova. O Prefeito de Mariana afirmou que não haverá aumento da  
96 demanda pela criação do escritório, pois os Prefeitos membros do CIF que representam os demais  
97 municípios impactados necessitam de apoio técnico, administrativo e financeiro para o êxito das  
98 suas funções no CIF. O representante do CBH-Doce solicitou a formalização dos fóruns periódicos  
99 com a participação das associações dos municípios. Mencionou que o escritório funcionará como  
100 secretaria-executiva dos municípios, para promover o debate e receber as demandas municipais,  
101 melhorando a comunicação do CIF com a sociedade. Nenhum membro se manifestou de forma  
102 contrária à criação do escritório. Dentre os últimos comentários sobre o tema, os representantes de  
103 MG e ES apontaram para a necessidade de observância da governança interfederativa e para a  
104 utilização das estruturas existentes para melhoria do fluxo de informações com o CIF e com a  
105 Renova. Registra-se em ata: agendamento de reunião com a Renova para tratar da criação do  
106 escritório dos prefeitos. Na sequência, houve inversão da pauta, passando-se à apresentação da CT-  
107 SHQA. A coordenadora da CT informou que a Renova entregou documentos relativos ao

Ancy

108 atendimento da Deliberação nº 75, denominados “Diretrizes para Repasses de Recursos: Apoio  
109 Técnico e Capacitação dos Municípios”. Até o final de setembro, a Renova encaminhará a última  
110 versão, com as contribuições da CT-SHQA. Prosseguiu informando que no dia 4 de outubro haverá  
111 reunião extraordinária da CT para elaboração de nota técnica e minuta de deliberação do CIF.  
112 Salientou que não cabe à CT-SHQA a escolha da instituição financeira, mas apenas prescrever os  
113 critérios para a escolha dos bancos, cuja seleção caberá à Renova. A CT-SHQA trabalhará em  
114 parceria com a CTEI para analisar a questão. A Presidente do CIF concordou que o CIF tem a  
115 responsabilidade somente de deliberar as diretrizes e características do banco, as quais constarão em  
116 NT da CT-SHQA. A coordenadora da CT-SHQA comunicou sobre o lançamento do Atlas de  
117 Saneamento do Brasil e explicou a relação entre os trabalhos do CIF e do Atlas, principalmente em  
118 relação ao fortalecimento da gestão dos recursos hídricos e esgotamento sanitário pelos municípios,  
119 destacando os desafios nacionais, tais como o fortalecimento institucional regulatório e a  
120 capacidade de execução e gestão dos prestadores de serviços de saneamento. Em relação à Cláusula  
121 171, a coordenadora da CT informou que o GT de Abastecimento está terminando a análise do  
122 documento entregue pela Renova sobre disponibilidade hídrica, mencionando a boa qualidade  
123 técnica do mesmo. Quanto ao PMQQS, o GT se reunirá na última semana de outubro para terminar  
124 o plano de trabalho final e elaborar o primeiro relatório do PMQQS, com divulgação prevista para  
125 novembro em todo o Brasil. Destacou que foi criado sistema para acompanhamento diário dos  
126 dados coletados e analisados pela Renova, e que a Sala de Situação da ANA detectou que durante  
127 cinco dias o parâmetro condutividade estava acima do limite, sem que a Renova tenha informado tal  
128 alteração. Assim, foi enviado Ofício à Renova solicitando explicações. A coordenadora da CT frisou  
129 que a Renova deve justificar o motivo pelo qual não alertou sobre a referida mudança e a razão da  
130 ocorrência do dado espúrio. O Secretário da SEAPA solicitou registro em ata de que os  
131 representantes dos governos estaduais e municipais têm preferência pela escolha dos bancos de  
132 desenvolvimento estaduais para gerir os fundos relativos ao programa de saneamento. A pedido da  
133 coordenadora da CT-SHQA, a representante da SEAMA na CT informou que cinco municípios  
134 tiveram pleitos enquadrados na prioridade dois da Deliberação nº 43 para complementação de  
135 recursos para obras de saneamento em execução, sendo que dois estão na porção capixaba. Em  
136 seguida, destacou a particularidade de Colatina/ES, em que os contratos de obras em andamento  
137 contam com recursos da CEF, em contrapartida para o financiamento junto ao BID, registrando a  
138 preocupação se uma nova instituição financeira poderá alocar recursos para obras em andamento. O  
139 Prefeito de São José do Goiabal informou que os projetos de tratamento de esgoto estão aprovados,  
140 com os recursos oriundos da FUNASA ajustados e em fase de licitação, porém as empresas  
141 questionam quando os recursos da Renova serão liberados. Também expôs que a própria Prefeitura  
142 pagou cerca de cinquenta mil reais pelo projeto, solicitando celeridade ao processo de liberação dos  
143 recursos pela Renova. A Presidente do CIF informou que será elaborada NT para embasar  
144 deliberação na próxima reunião. O representante do CBH-Doce destacou que a CT-SHQA está  
145 trabalhando com afinco e que a proposta a ser apresentada contará com prazos e cronograma  
146 determinando o momento efetivo do início do programa. A coordenadora da CT-SHQA apresentou a  
147 NT nº 13 que analisou o estudo “Investigação de Qualidade da Água, Colóides e Sedimentos do  
148 Dique S3, Dique S4 e rio do Carmo”, de agosto de 2017. Na sequência, foi apresentada a proposta  
149 de deliberação. Explicações sobre a Notificação nº 2/2017-DCI/Gabin, determinada pelo item 2 da  
150 Deliberação nº 76 e referente ao descumprimento do item 1 da Deliberação nº 33. A Notificação  
151 será mantida até que a obrigação seja cumprida. A Presidente do CIF esclareceu que a notificação  
152 será reiterada e, caso seja descumprida, a CT-SHQA deve enviar proposta de aplicação de multa. A  
153 representante do IEMA ressaltou que a Renova deve melhorar a qualidade dos relatórios e que,  
154 exaustivamente, a equipe do IEMA/ES vem se dedicando mais no atendimento às demandas do CIF  
155 do que no licenciamento dos empreendimentos do ES. Sugeriu à Presidência que a Renova deve  
156 sofrer as sanções previstas no TTAC em relação ao não cumprimento dos prazos, clamando que a  
157 Fundação aperfeiçoe os relatórios. A Presidente informou que foi observada a melhoria da qualidade  
158 técnica de alguns documentos da Renova, mas que outros ainda deixam muito a desejar. A  
159 coordenadora da CT-FLOR asseverou que a Deliberação nº 25 deve ser cumprida e que os  
160 documentos fora do padrão devem ser devolvidos. A Presidente afirmou que a SECEX notificará a  
161 Renova, desde que as CTs enviem NTs demonstrando o descumprimento da referida Deliberação. A



162 representante do IEMA informou que foi informada pela Renova que três amostras se quebraram, as  
163 quais foram substituídas por recipientes de plástico, fato que pode alterar o resultado das análises,  
164 solicitando avaliação sobre possível má-fé em relação ao cuidado com as amostras. O Secretário da  
165 SEMAD questionou sobre o monitoramento dos diques no período chuvoso. A integrante da CT-  
166 SHQA informou que os diques S3 e S4 estão funcionando, apesar dessa informação não constar no  
167 último relatório da Renova. O secretário da SEMAD solicitou relatório mais detalhado para  
168 encaminhar ao Ministério Público. O representante do CBH-Doce informou que o relatório não  
169 informa ao CIF sobre todos os aspectos em relação aos diques e as análises não foram bem  
170 relatadas. Solicitou que a Renova apresente à CT-SHQA o planejamento para o próximo período  
171 chuvoso, assim como um prognóstico. Ressaltou, ainda, que os danos em relação às amostras  
172 perdidas sejam analisados tecnicamente por especialistas, para determinar qual foi o real prejuízo  
173 para o resultado das análises. A Presidente do CIF encaminhará Ofício à Renova cobrando  
174 explicações sobre o extravio das amostras. Votação. Aprovada a **Deliberação nº 107**. Próximo item  
175 da pauta, o Diretor de crédito e fomento do BANDES apresentou a sua equipe e relatou os objetivos  
176 da exposição, que versou sobre o funcionamento da política operacional e dos programas, a gestão  
177 de fundos, algumas atividades apoiadas e o desempenho na região afetada. Destacou que o  
178 BANDES atua no ES há cinquenta anos, voltado para pequenos empreendedores, produtores rurais  
179 e comerciantes. Ressaltou a diferença entre os bancos comerciais e os bancos de desenvolvimento,  
180 os quais ofertam crédito de longo prazo a juros menores e com menos exigências e contrapartidas.  
181 Sintetizou a governança do BANDES e descreveu algumas funções dos comitês e das diretorias.  
182 Enalteceu a função dos Parceiros Consultores, responsáveis pela intermediação entre o banco e os  
183 clientes, e apresentou os canais de comunicação, dentre eles: e-mail, telefone 0800, redes sociais,  
184 site e aplicativo, gerente de relacionamento, e as agências em mais de setenta municípios capixabas.  
185 Mencionou sobre a política operacional, integrada com o planejamento estratégico e com a política  
186 de desenvolvimento do ES. Apresentou diversos Programas Especiais, tais como: Economia Verde;  
187 Economia Criativa; Turismo e Agroturismo; Avicultura de Corte e de Postura; Cafés Especiais;  
188 Exportação; Programas de Barragens, que apoia projetos de construção de pequenas barragens para  
189 enfrentamento de contingências hídricas, com investimentos de mais de cinco milhões de reais em  
190 cerca de cem projetos durante o período 2016/2017; Programa Reflorestar, com atendimento de mil  
191 e seiscentos projetos e investimento de quatorze milhões de reais; Financiamento ao Produtor Rural,  
192 com dois bilhões de reais investidos na última década na principal fonte de renda e emprego da  
193 maioria dos municípios capixabas; Programa Nosso Crédito; e Programa Seguir Crescendo. Em  
194 seguida apresentou a Gestão de Fundos, destacando o Fundo de Desenvolvimento das Atividades  
195 Portuárias – FUNDAP, o Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo – FUNDES, o Fundo  
196 Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste em parceria com o Banco do Nordeste, o Fundo de  
197 Desenvolvimento do Sul do Estado do Espírito Santo – FUNDESUL, o Fundo Social de Apoio à  
198 Agricultura Familiar – FUNSAF e o Fundo Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo –  
199 FUNDÁGUA, que viabiliza a manutenção e recuperação da cobertura florestal do Estado através de  
200 pagamentos por serviços ambientais, além do Fundo de Defesa do Economia Cafeeira – FUNCAFÉ  
201 e do Fundo Geral do Turismo – FUNGETUR. Na sequência, o Diretor do BANDES teceu  
202 comentários sobre os quatro municípios do ES contemplados nos Programas do TTAC, enfatizando  
203 a área afetada, o PIB, a população, os postos de trabalho formais e as principais empresas. Afirmou  
204 que entre os anos de 2015 e 2017 foram realizadas mais de quinhentas operações de crédito para  
205 micro, pequenas e médias empresas, além de produtores rurais da região. Outro representante do  
206 BANDES destacou a experiência do banco quanto ao esgotamento sanitário e às análises de  
207 viabilidade técnica e econômica de projetos, comentando resumidamente sobre a equipe técnica  
208 com longa experiência e afirmando que o banco está preparado para atender às demandas dos CIF.  
209 Na sequência da pauta, a coordenadora da CT-FLOR apresentou proposta de deliberação sobre os  
210 critérios do TR para a contratação da empresa que elaborará o edital para o pagamento de serviços  
211 ambientais. Destacou que, depois de várias reuniões e ampla análise da CT, a Deliberação nº 65 foi  
212 aprovada, estabelecendo os critérios mínimos para o PSA dos quarenta mil hectares previstos na  
213 Cláusula 161. Em seguida, esclareceu que a proposta de deliberação tem por objetivo complementar  
214 a operacionalização das regras do PSA. Leitura integral da proposta de deliberação. Votação.  
215 Aprovada a **Deliberação nº 108**. Adiante na pauta, o Secretário Adjunto de Agricultura de MG

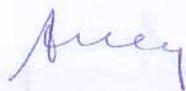


216 apresentou a metodologia do Zoneamento Ambiental Produtivo, que engloba tanto a esfera  
217 ambiental quanto a produtiva e econômica na parte mineira da bacia hidrográfica do rio Doce.  
218 Relatou que o ZAP foi desenvolvido pela SEMAD e pela SEAPA, com a participação do IGAM e  
219 da EMATER/MG, aprovado por Decreto Estadual. A partir diagnóstico fornecido pelo ZAP, é  
220 possível determinar a avaliação preliminar do potencial de adequação ambiental e produtivo de uma  
221 sub-bacia, determinando-se a diferença do cenário atual da bacia para um cenário sustentável e  
222 orientando o planejamento e o uso conservacionista dos recursos naturais de forma simples e ágil,  
223 possibilitando a gestão e o monitoramento da ocupação territorial local, em termos de propriedade  
224 rural e bacia hidrográfica. Por meio de imagens de satélite disponibilizadas semanalmente e  
225 gratuitamente, o ZAP permite o acompanhamento pontual de cada trabalho proposto. O Secretário  
226 mencionou três eixos de informações básicas: uso e ocupação do solo, disponibilidade hídrica e  
227 descrição das unidades de paisagens da bacia. Pelo cruzamento das informações torna-se possível a  
228 determinação dos principais problemas, limitações e potencialidades da área. Também destacou que  
229 o ZAP pode promover a agricultura sustentável a partir da união de instrumentos de gestão  
230 ambiental e econômica, afirmando que a agricultura, além de fornecer alimentos, energia e serviços,  
231 pode produzir ativos ambientais. O Secretário demonstrou o uso do ZAP e exemplos da aplicação  
232 da ferramenta. A representante da SEMAD ressaltou que a ferramenta tem um potencial de  
233 agregação das informações sobre os locais e salientou que o ZAP pode ser aplicado como  
234 ferramenta de integração dos programas que estão sendo executados no âmbito do TTAC,  
235 potencializando os resultados das ações, explicando as inter-relações entre o ISA, o CAR e o ZAP.  
236 A Presidente do CIF reforçou que os trabalhos devem estar centralizados na CT-FLOR. A  
237 coordenadora da CT-FLOR explicou sobre a convergência dos trabalhos e a inter-relação dos  
238 programas e mencionou acerca da recuperação das nascentes e dos trabalhos e critérios exigidos da  
239 Renova, ressaltando que a deliberação sobre o ISA não restringe a atuação de outros indicadores. A  
240 representante da SEMAD frisou que o ZAP é uma metodologia de análise técnica, não sendo  
241 necessária deliberação, enfatizando que a Renova pode usá-lo para facilitar a análise conjunta dos  
242 programas e subsidiar a tomada de decisões. A Presidente do CIF sugeriu que a ferramenta pode ser  
243 utilizada para integrar as ações das Câmaras Técnicas. O representante do CBH-Doce destacou que  
244 as atividades da Renova devem ser integradas às ferramentas de gestão, criando-se sinergia entre os  
245 programas do TTAC e os instrumentos de políticas públicas existentes nos Estados. Salientou que é  
246 necessário que as CTs adéquem os critérios técnicos às políticas estaduais. O Secretário da SEAPA  
247 sugeriu o encaminhamento para recomendar que a Renova utilizasse o ZAP como um plano de  
248 fundo para a tomada de decisão. A Presidente do CIF apontou os limites da ferramenta e determinou  
249 que a CT-FLOR se manifeste sobre as possibilidades da metodologia do ZAP. O representante do  
250 CBH-Doce teceu comentários sobre o banco de dados e acerca da gestão dos programas  
251 socioeconômicos e socioambientais, os quais não podem ser tratados separadamente. A  
252 coordenadora da CT-FLOR informou que, independente do banco de dados, a metodologia do ZAP  
253 possui interface com os programas da CT, inclusive com o CAR que está em situação aquém da  
254 esperada, sugerindo que seja agendada reunião com as câmaras técnicas ambientais para  
255 apresentação do ZAP em maiores detalhes, possivelmente em Brasília. Às treze horas a reunião foi  
256 **suspensa para o almoço**, sendo retomada às quatorze horas e trinta minutos. Retomando a pauta, o  
257 representante da CTEI apresentou a NT nº 29, referente à retomada da produção de um laticínio em  
258 Mariana, e a respectiva minuta de deliberação em atendimento às cláusulas 129 e 130 do TTAC,  
259 que versa sobre a principal atividade agropecuária do município e da maioria dos produtores  
260 impactados. Após os esclarecimentos dos pontos mais relevantes sobre o restabelecimento da  
261 atividade na região, foi apontada a necessidade de estudos iniciais, realizados por empresas a serem  
262 contratadas, e de fixação do cronograma compatível com a complexidade das ações previstas. O  
263 Prefeito de Mariana enalteceu o benefício regional decorrente da implementação do programa para  
264 a diversificação da economia regional e diminuição da dependência da indústria minerária. A  
265 coordenadora da CT-FLOR perguntou acerca da metodologia utilizada para estimativa do preço  
266 para a realização dos estudos, em torno de cinquenta mil reais. O representante da CTEI respondeu  
267 que a estimativa foi feita pela Renova. A representante da SEMAD questionou se a produção de  
268 laticínio será em todo o município. O representante da CTEI informou que primeiramente será  
269 produzido no Distrito de Padre Viegas, em Mariana, e que após os estudos a dimensão do alcance

270 do laticínio será prevista, considerando-se o modelo de negócio, a área de mercado, a influência  
271 direta e indireta, entre outros fatores. Ampla debate. Ajuste na redação da deliberação especificando  
272 a localidade onde ocorrerá a produção do laticínio. Votação. Aprovada a **Deliberação nº 109**. Em  
273 seguida, o representante da CTEI apresentou a NT nº 30, que trata sobre as diretrizes para repasses  
274 de recursos, apoio técnico e capacitação aos municípios incluídos no programa de saneamento, e  
275 destacou que a qualidade da execução do programa, afirmando que a NT explicitou outras  
276 possibilidades e procedimentos licitatórios para implementação das Cláusulas 169 e 170. Avaliou a  
277 possibilidade de criação de outros modelos de negócios e/ou arranjos empresariais capazes de atrair  
278 recursos, na forma de financiamento ou de aporte de capital, que ampliariam os benefícios do  
279 programa, sendo permitidas pelo TTAC. Nesse sentido, foi apresentada sugestão de inclusão de  
280 nova etapa na Fase II do processo, após a elaboração dos diagnósticos dos municípios, com  
281 portfólios de pleitos e de projetos já apresentados. Acerca da instituição financeira a ser contratada,  
282 afirmou que a mesma será responsável pela comprovação da aplicação dos recursos e pelo atestado  
283 da perfeita funcionalidade da obra, frisando a importância de que a instituição possua funcionários  
284 com comprovada expertise técnica nesse tipo de análise. O representante do CBH-Doce propôs  
285 encaminhamento da NT para a CT-SHQA. A coordenadora da CT-SHQA informou que até o dia 29  
286 de setembro a Renova apresentará o documento finalizado e avaliou positivamente as sugestões da  
287 CTEI, inclusive da nova fase de avaliação econômica integrada dos projetos. Após análise da CT-  
288 SHQA, será enviado documento à Renova para apreciação. O representante do CBH-Doce sugeriu  
289 que a CTEI e CT-SHQA tratem o assunto em reunião intercâmaras e o pautem na reunião do CIF,  
290 após alinhamento. Próximo item da pauta, o representante da CTEI iniciou a apresentação da NT nº  
291 31, relativa ao TR para a revisão do Plano Diretor do município de Mariana e à contratação de  
292 outros serviços relacionados à gestão do território municipal. Informou que a análise do documento  
293 foi pela CTEI para a avaliação da SECIR e salientou a compatibilidade do TR com os parâmetros  
294 legais e políticas públicas de MG, com o Estatuto das Cidades e com o CONEDRU. Informou que a  
295 SECIR consultou a administração municipal de Mariana para se certificar que o TR atenderia aos  
296 preceitos da Política Urbana Municipal, sendo necessárias modificações aceitas pela Renova.  
297 Assim, a SECIR recomendou a aprovação do TR. O Prefeito de Mariana declarou que o novo plano  
298 diretor do município vai proporcionar melhoria no planejamento financeiro municipal, com  
299 estimativa de aumento de 60% da arrecadação com IPTU. O representante da Renova afirmou que o  
300 projeto de georreferenciamento custará em torno de 9 milhões de reais e que a parte técnica dos  
301 estudos será entregue em 2017. O Prefeito de Mariana mencionou que o TR não dificultará o  
302 reassentamento de Bento Rodrigues. O representante da CT-Infra fez considerações acerca da  
303 previsão da atualização do sistema de gestão, capacitação dos servidores da Prefeitura e revisão do  
304 plano diretor, que tramitarão paralelamente à expansão urbana de Mariana, que demandará a  
305 elaboração de legislações complementares. O valor pago para todo o pacote do plano diretor foi  
306 novamente questionado. O Prefeito de Mariana afirmou que atualização se faz necessária para a  
307 melhoria da gestão municipal, principalmente devido à queda da arrecadação e à promoção da  
308 diversificação econômica, salientando que o objeto da deliberação é o conteúdo do TR, e não os  
309 valores. Também mencionou que a planta de valores é muito antiga. O representante da SEAMA  
310 questionou se foram realizados três orçamentos para verificação dos valores cobrados pela  
311 elaboração do TR. O representante da CTEI reiterou que a NT nº 31 não avalia os valores, apenas o  
312 conteúdo do TR, afirmando que a Renova é responsável pela negociação, da mesma forma da  
313 deliberação anterior sobre o laticínio, em que a CTEI não tratou dos valores, mas tão somente do  
314 TR. O representante da CT-Infra informou que a NT solicitada à SECIR avalia apenas o escopo,  
315 mas que pessoalmente considera o preço elevado, apesar de estar dentro do valor de mercado.  
316 Ampla debate sobre os valores a serem despendidos. O representante do CBH-DOCE afirmou que a  
317 Renova será auditada pelo MPF das Fundações sobre os valores dos projetos. A Presidente do CIF  
318 ponderou sobre a importância da noção dos valores de mercado dos projetos, solicitando que a  
319 Renova apresente maiores detalhes em momento oportuno. Leitura integral da proposta de  
320 deliberação. Votação. Aprovada a **Deliberação nº 110**. O representante da CTEI passou ao informe  
321 sobre a disponibilidade de energia elétrica na região de Mariana, mencionando que a CEMIG foi  
322 convidada a elaborar uma avaliação preliminar da disponibilidade de energia para o atendimento a  
323 novos empreendimentos na região de Mariana e Ponte Nova, insumo decisivo para negócios. Em

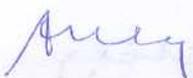
324 seguida, foram apresentados quatro cenários. O primeiro relativo à situação antes do desastre, em  
325 que UHE Risoleta Neves dispunha de energia extra. O segundo cenário referente à situação atual,  
326 sem a participação da UHE Risoleta Neves, sem disponibilidade extra de energia e, portanto, sem a  
327 capacidade de promover novos investimentos, o que poderá impactar Mariana. O terceiro foi a  
328 proposta de incremento de reforço estrutural pela construção de linha de transmissão de oitenta  
329 quilômetros, com investimento de quarenta e cinco milhões de reais e prazo de implantação de  
330 quarenta e dois meses, elevando a disponibilidade extra ao patamar acima do primeiro cenário. O  
331 quarto cenário prevê o retorno da operação da UHE Risoleta Neves, em conjunto com a construção  
332 da linha de transmissão aludida, o que elevaria a disponibilidade ao dobro da situação anterior ao  
333 desastre. O representante da CTEI informou que se deve avaliar qual a melhor solução para  
334 resolução do problema, ponderando-se o tempo, o valor dos investimentos, a necessidade dos  
335 municípios e a programação para a volta da UHE. A CTEI propôs a criação de grupo de trabalho  
336 para avaliar os cenários, o qual contará com a participação da CTEI, CT-Infra, CEMIG, CT-  
337 Rejeitos, Prefeitura de Mariana e Renova. Todos concordaram com a criação do GT, cuja função  
338 será avaliar a situação e as alternativas ao possível suprimento de energia à região, visando à  
339 reparação de danos causados pela interrupção do fornecimento de energia por parte da UHE  
340 Risoleta Neves. O representante da CT-Rejeitos enfatizou a importância da dragagem da UHE e  
341 informou sobre a reunião na semana anterior com a Renova para elaboração do plano para a  
342 dragagem a jusante da UHE Risoleta Neves, destacando que o plano é fundamental para a  
343 recuperação das estruturas de turbinas, o qual deve ser iniciado após o período chuvoso de 2018,  
344 com consulta à ANA sobre a outorga pelo uso da água pela UHE. Adiantou que o para o início dos  
345 trabalhos de recuperação mecânicas não é necessário a dragagem a jusante completa, mas deve-se  
346 viabilizar o fechamento das estruturas que pode ser mediante dragagem cirúrgica para a retomada  
347 das atividades. O representante da CT-Infra informou que existe a possibilidade do retorno das  
348 operações da UHE em julho 2018, mencionando que o Consórcio Candonga vem realizando  
349 reuniões mediadas pela ANEEL, mas que existem inconsistências em relação aos trabalhos  
350 preparatórios para o retorno das operações e que o cenário mais otimista em relação à dragagem a  
351 jusante é de sete meses para o retorno. O Prefeito de Rio Doce solicitou praticidade aos trabalhos e  
352 declarou que a construção da linha de transmissão de energia não deve ser discutida pelo CIF,  
353 ressaltando que se trata de investimento pontual da CEMIG. Frisou que o CIF deve trabalhar de  
354 forma prática e ágil para a retomada da UHE, o que resolveria a questão. Solicitou registro em ata  
355 que os municípios-sede de usinas hidrelétricas estão com arrecadação de tributos em queda desde  
356 desastre, devido ao grande prejuízo econômico derivado da diminuição do recebimento de impostos  
357 relativos à produção de energia. Em seguida, fez requerimento para que a CTEI analise os impactos  
358 nas receitas municipais. O Prefeito de Baixo Guandu concordou e ressaltou que as usinas  
359 hidrelétricas são as maiores empresas contribuintes dos municípios, destacando que a situação  
360 financeira é alarmante devido à diminuição da arrecadação do ICMS pela paralisação das UHEs.  
361 Informou que a queda da arrecadação gira em torno de 200 a 400 mil reais por mês, considerando  
362 que assunto de ser tratado como lucro cessante do município e discutido no CIF. A presidente  
363 consultou a CTEI sobre o lucro cessante dos municípios. A CTEI elaborará NT sobre os lucros  
364 cessantes dos municípios. A representante da SEMAD alertou que a construção da linha de  
365 transmissão requer licenciamento ambiental e que o prazo previsto talvez considere somente o  
366 tempo para construção da LT pela CEMIG, e não inclua o tempo necessário para as fases do  
367 processo administrativo de licenciamento, o que pode demandar maior prazo. Assim, apesar dos  
368 problemas técnicos, deve-se intensificar a retomada da UHE Risoleta Neves, alertando sobre a  
369 importância da conclusão dos trabalhos em relação à Fazenda Floresta, para o recebimento dos  
370 rejeitos da dragagem da usina. Ao final, afirmou que a construção da linha de transmissão pode  
371 demandar prazo maior do que a retomada de atividades da UHE. A Presidente do CIF sugeriu que  
372 inicialmente será priorizada a retomada das operações da UHE Risoleta Neves. Todavia, caso seja  
373 inviável, poderão ser discutidas alternativas, dentre elas, a construção da linha de transmissão. O  
374 representante da EY advertiu que a CEMIG comunicou que retomada da usina não resolverá esse  
375 problema histórico relativo à transmissão, e não à geração de energia. Explicações sobre alta e baixa  
376 tensão. Previsão de finalização em quarenta e oito meses, abarcado o tempo de licenciamento. O  
377 Prefeito de Rio Doce solicitou estudo sobre o potencial energético da UHE Risoleta Neves após a

378 retomada das atividades. A representante da SEMAD sugeriu que o grupo de trabalho analise  
379 cenários que abarquem a retomada da UHE candonga e a construção da LT, visto que a usina voltará  
380 à operação de forma gradual, sem enfoque apenas na distribuição de energia. Diante de todas as  
381 alternativas e da complexidade dos estudos dos cenários, a Presidente registrou encaminhamento  
382 para que a CT-Rejeitos convoque reunião intercâmaras sobre o assunto. Com relação aos lucros  
383 cessantes municipais, o Prefeito de Mariana demandou atenção ao tema para homologação do  
384 TTAC, uma vez que os municípios podem optar pelo ressarcimento via ação judicial. Últimos  
385 informes da CTEI, foi projetado ofício da Câmara de Vereadores do Município de Mariana  
386 solicitando participação como membro da CT, externando impasse entre o poder executivo e o  
387 legislativo municipal, o qual não aceita participar da CT na condição de convidado ou ouvinte. O  
388 Prefeito de Rio Doce externou preocupação de que seja aberto precedente para as Câmaras  
389 Municipais dos trinta e nove municípios solicitarem indicação de dois membros por CT, o que  
390 ultrapassaria o número de membros preconizado na Deliberação nº 7. A Presidente do CIF sugeriu a  
391 elaboração de resposta jurídica sobre a participação das Câmaras de Vereadores nas CTs. A  
392 representante da Casa Civil advertiu que o trabalho da CT detém caráter executivo e não  
393 deliberativo. Todos concordaram. O Prefeito de Mariana solicitou registro de voto vencido. Próximo  
394 item da pauta, a CT-OS apresentou os parâmetros mínimos para o Programa de Indenização  
395 Mediada. Primeiramente, os representantes dos pescadores fizeram uso da palavra. O representante  
396 dos pescadores da Colônia de Pescadores Z-19, do leste mineiro, declarou que a proposta da  
397 Renova para o PIM foi unilateral e única, não sendo viável devido à complexidade da pesca. Os  
398 pescadores sugerem a divisão em duas regiões, MG e ES. Também solicitaram que a técnica da  
399 pesca seja utilizada como o critério para cálculo da indenização, e não a tração do barco. O  
400 advogado representante da colônia argumentou que o auxílio emergencial é distinto do PIM,  
401 concordando com o posicionamento da CT-OS e propondo reunião com a Renova para alinhamento.  
402 Em seguida, a representante dos pescadores capixabas relatou que a Renova vem comunicando que  
403 o auxílio financeiro emergencial não será mais pago para quem aceitar o adiantamento da  
404 indenização. Cobrou ações concretas para a comunidade e clamou pela igualdade de gênero no  
405 pagamento das indenizações relativas à pesca, pois alegou que os valores pagos aos homens são  
406 superiores aos pagos às mulheres. Na sequência, outro representante das associações de pescadores  
407 do ES solicitou que os pescadores de São Mateus, Aracruz e Linhares sejam cadastrados sem  
408 distinção, conforme Deliberação nº 58, requerendo que todos os pescadores que possuam registro e  
409 vivem dentro da área de abrangência sejam convocados para o cadastro. Também argumentou pela  
410 não-incidência do imposto de renda na indenização, conforme entendimento dos tribunais  
411 superiores, e pela separação do auxílio financeiro emergencial e da verba indenizatória, à qual não  
412 se deve aplicar índices de deflação ou inflação. Por fim, clamou para que a Renova reconheça o  
413 direito dos pesqueiros de camarão. Adiante, o coordenador da CT-OS fez breve histórico das  
414 reuniões sobre a prorrogação do prazo do PIM e destacou que a proposta de deliberação prevê o  
415 faturamento da indenização em três partes: auxílio financeiro emergencial, danos morais e danos  
416 materiais. Em relação ao auxílio, foi proposto o pagamento retroativo a quem for elegível e a  
417 manutenção dos pagamentos mensais até a cessação completa dos danos. Com relação aos danos  
418 morais, foi proposta antecipação a quem tem direito. Quanto aos danos materiais, foram propostas  
419 duas formas de antecipação, pelo dano comprovado ou estimado, o segundo ainda pendente de  
420 aprovação da política do PIM pelo CIF. Devido às controvérsias relativas a lucro cessante, o mesmo  
421 não será objeto dessa proposta de deliberação. A representante da Casa Civil afirmou que o auxílio  
422 possui caráter assistencial e alimentício, o qual pode ser interrompido apenas com o retorno da  
423 atividade produtiva. A indenização, por sua vez, trata-se de outro programa com natureza distinta.  
424 Portanto, a quantia paga no auxílio não pode ser descontada do valor da indenização. O Prefeito de  
425 Linhares apontou para a necessidade da escuta aos pescadores, levando-se em consideração os  
426 critérios defendidos pelos pescadores, para que os valores indenizatórios sejam calculados e pagos  
427 em parcela única, de acordo com cada categoria e conforme as planilhas estabelecidas em conjunto  
428 com os próprios pescadores. Reiterou a injustiça na retirada dos cartões do auxílio financeiro. O  
429 Defensor Público do ES sintetizou todo o trâmite relativo ao PIM, desde as primeiras reuniões.  
430 Reafirmou a segregação entre os dois programas, PIM e Auxílio, e informou que cerca de noventa  
431 por cento dos pescadores não consegue comprovar a renda. Ressaltou que o GIRD atuará em prol



432 dos impactados até a finalização do dano e o pagamento das indenizações. A proposta de  
433 deliberação foi projetada e lida integralmente. Foram realizados diversos ajustes à redação, na  
434 ementa e nos demais itens. Ampla debate. Foi definido que a deliberação determinará o pagamento  
435 das indenizações referentes aos danos morais e materiais, com assinatura de termos de quitação  
436 parciais, conforme a natureza do dano. O caráter assistencial, temporário e indisponível do auxílio  
437 financeiro emergencial foi reafirmado, o qual deverá contemplar todos aqueles que ainda vierem a  
438 ser cadastrados, que devem ser pagos retroativamente com valores corrigidos, quando for o caso.  
439 Ampla debate e busca de consenso quanto ao prazo para finalização das negociações e dos  
440 pagamentos das indenizações. Sugestões de prazos de sessenta e noventa dias. O representante da  
441 Renova reiterou a necessidade da negociação e da manifestação de desejo entre as partes,  
442 comunicando que a Fundação deseja pagar o mais breve possível. Solicitou que seja deliberado o  
443 formato de quitação possível atualmente, e o que for controverso deve seguir em negociação.  
444 Acerca do prazo, defendeu que seja rediscutido na CT-OS, devido ao risco de fraudes e às questões  
445 operacionais, tais como a informalidade e burocracia para abertura de contas bancárias, as quais  
446 evitam que o pagamento ocorra imediatamente. Após novo ampla debate, foi acertado que os prazos  
447 serão definidos conforme a primeira e a segunda campanha do cadastro. Para a 1ª Campanha, as  
448 negociações deverão ser até 28 dezembro de 2017 e o pagamento até 31 de março de 2018. Já para a  
449 2ª Campanha, a data de 31 março de 2018 é o prazo limite fixado para o fim das negociações e o dia  
450 29 de junho de 2018 para o pagamento. Votação. Aprovada a **Deliberação nº III**. O Secretário da  
451 SEAPA cobrou maior assertividade da CT-OS e frisou que a autonomia das partes em negociação  
452 também deve ser preservada. A Presidente do CIF adiantou que no dia seguinte será tratada a  
453 proposta do Prefeito de Mariana para que a próxima reunião do CIF seja realizada em Mariana, pelo  
454 fato da proximidade da data com os dois anos do desastre. A reunião se encerrou às dezoito horas do  
455 dia vinte e cinco de setembro de dois mil e dezessete. Aos vinte e seis dias do mês de setembro de  
456 dois mil e dezessete, às nove horas e trinta minutos, na Sala de Decisão do Palácio Fonte Grande,  
457 localizado na rua Sete de Setembro, nº 362, 9º andar, Centro – Vitória/ES, foi **retomada a segunda**  
458 **parte da 18ª Reunião Ordinária** do Comitê Interfederativo sobre o Desastre de Mariana/MG.  
459 Verificado o quórum regulamentar (lista de presentes anexa), a Presidente do CIF cumprimentou  
460 todos os presentes e reiniciou os trabalhos pela apresentação do CBH-Doce sobre a produção de  
461 peixes em tanques suspensos, invertendo-se a pauta. O representante do CBH-Doce informou que o  
462 tema já foi analisado pela CTEI e pela CT-BIO e fez breve histórico sobre o contexto da situação  
463 atual da pesca na região da foz, destacando que o CBH-Doce vem participando de encontros e  
464 reuniões com os representantes das associações de pescadores, governos dos Estados de MG e ES, e  
465 da Fundação Renova. Frisou que a atividade pesqueira foi muito impactada, tanto ambientalmente,  
466 quanto economicamente. O primeiro projeto tratou da produção de peixes em tanque rede,  
467 dependente de estudos de capacidade e suporte dos rios e lagoas, sendo necessário o licenciamento  
468 ambiental. Por isso, o projeto foi dividido para tratar apenas de produção de peixes em tanque  
469 suspenso, sem a necessidade dos estudos de impacto ambiental, uma vez que estão localizados fora  
470 de corpos d'água. Comunicou que a Fundação Banco do Brasil e a comunidade de pescadores de  
471 Regência/ES iniciaram uma parceria para a construção de quatro tanques suspensos, com  
472 licenciamento ambiental junto ao IEMA e licença de aquicultor junto ao Ministério da Agricultura.  
473 A Renova vem articulando a implantação de projeto similar em Povoação/ES, com duas associações  
474 de pescadores interessadas. O membro do Conselho Consultivo da Renova seguiu a apresentação,  
475 lembrando que se trata de reivindicação dos pescadores da região desde janeiro de 2016. Após  
476 visitas e reuniões, o CBH-Doce promoveu o envolvimento do Instituto Federal de Ijuí/RS, maior  
477 centro de pesquisa de pesca e aquicultura do ES e um dos melhores do país, que realizou palestras e  
478 oficinas com os pescadores. Descreveu a proposta de aquaponia em tanques suspensos, com criação  
479 de peixes e hortaliças consorciadas. A proposta inicial demandada pelos pescadores seria de  
480 sessenta tanques em Regência, quarenta em Povoação e trinta entre as comunidades de Entre Rios e  
481 Areal, podendo tornar a região a maior produtora de tilápias do ES. Apontou que determinada área  
482 da associação de pescadores com unidade de beneficiamento está sendo reestruturada com o apoio da  
483 Petrobras, e que a Associação de Pescadores de Regência e a Fundação Banco do Brasil fez todo o  
484 licenciamento junto ao IEMA e também para obtenção da licença de aquicultor junto ao Ministério  
485 da Agricultura. Explicou que o projeto inicial tem o potencial de envolver 150 famílias diretamente

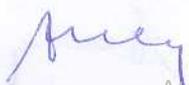
486 e possivelmente outras 50 famílias de forma indireta no processo produtivo local, caracterizando  
487 avanço à mitigação dos impactos socioeconômicos. O IFES, que possui pesquisas avançadas em  
488 aquicultura, concluiu que, em cinco anos, a região poderá se tornar a maior produtora de iscas vivas  
489 do Brasil. Por fim, adiantou que um dos objetivos do projeto é tornar a foz do rio Doce em um  
490 centro de excelência em criação de peixes em tanques suspensos e que, posteriormente, atenderá os  
491 pequenos proprietários ao longo do rio Doce. Ao final, solicitou à CTEI nota técnica para avaliar o  
492 impacto nas atividades de pesca e turismo na foz do rio. O representante da CTEI informou que a  
493 recuperação das atividades pesqueiras ainda não foi analisada porque não havia formato definido  
494 para o programa, isto é, o dimensionamento do impacto e as ações de recuperação. Também  
495 mencionou que a discussão sobre a qualidade da água da foz interfere mais na decisão do  
496 consumidor do que na convicção do pescador. Com relação aos tanques suspensos, afirmou que a  
497 CTEI convidou o Governo do ES para providenciar a elaboração de Parecer, pois os técnicos do  
498 Estado conhecem melhor a realidade local e os problemas relatados. Após o recebimento do  
499 referido Parecer, a CTEI elaborará NT. O representante da Renova concordou com a proposta e  
500 ressaltou que existem quatorze projetos de curto prazo ocorrendo na foz do rio, dentre eles, um  
501 suplementar ao programa com a Fundação do Banco do Brasil, sugerindo que se deve intensificar as  
502 ações a médio e longo prazo. A Presidente do CIF solicitou que a produção de peixes em tanques  
503 suspensos seja pautada na próxima reunião da CTEI, para elaboração de NT apartada sobre o tema.  
504 O próximo item da pauta foi apresentado pelo representante da CT-BIO, que expôs a NT nº 3, sobre  
505 a Cláusula 165 do TTAC e a Deliberação nº 79. Após breve histórico sobre a primeira análise do  
506 Plano de Trabalho pela CT-BIO, em julho de 2017, que gerou amplas discussões na 16ª Reunião  
507 Ordinária do CIF, foi demandada nova análise à CT-BIO sobre o Programa de Monitoramento da  
508 Biodiversidade Aquática e seus anexos, com complementações posteriormente enviadas pela  
509 Renova contendo solicitações de ajustes metodológicos e revisão de escopo do programa. Na  
510 reunião extraordinária da CT-BIO de agosto de 2017, que contou com participação de  
511 representantes de várias instituições integrantes do CIF, foi decidida a adoção de duas estratégias  
512 distintas para execução do Programa, separadas por Estado. Em MG, o monitoramento será  
513 executado de acordo com as orientações da NT nº 05 do IEF e suas alterações, e no ES o  
514 monitoramento será executado conforme o Termo de Referência nº 04/2016. Adiante, o  
515 representante da CT-BIO relatou algumas inconsistências do Plano de Trabalho, destacando-se a  
516 ausência de indicação das equipes e instituições que executarão as atividades de pesquisa e  
517 monitoramento, e que os profissionais da Renova não têm formação e habilitação para se  
518 responsabilizarem pelo Plano de Trabalho e para tratar de assuntos técnicos de todos os anexos do  
519 TR nº 04, de diversas áreas de conhecimento. Mencionou que o referido Plano indica apenas os  
520 pontos de amostragem em ambientes marinhos e estuarinos, ausentando-se da indicação dos pontos  
521 de amostragem referentes aos ambientes dulcícolas no trecho capixaba do rio Doce e dos pontos de  
522 coleta no interior da APA Costa das Algas e RVS de Santa Cruz, bem como em águas profundas,  
523 conforme metodologia do TR nº 04/2016. O custeio das avaliações periódicas das atividades de  
524 monitoramento que serão executadas pelo Poder Público visando garantir a qualidade dos dados  
525 informados tampouco estão previstos no Plano, assim como da previsão de organização,  
526 armazenamento e disponibilização dos dados brutos e metadados de todas as análises. Em seguida,  
527 o representante da CT-BIO realizou leitura integral da proposta de deliberação do CIF sobre o  
528 monitoramento da fauna do rio Doce no ES. Houve amplo debate e foram feitos ajustes na redação  
529 da minuta de deliberação. Ficou deliberado que, caso a Renova apresente produto com conteúdo  
530 que não atenda ao solicitado e/ou fora do prazo estabelecido, serão aplicadas as sanções do TTAC.  
531 Com relação ao prazo para apresentação do novo plano de trabalho revisado, houve consenso entre  
532 CT e Renova por trinta dias. Votação. Aprovada a **Deliberação nº 112**. A CT-BIO apresentou outra  
533 proposta de deliberação referente à Cláusula 165, para ambientes dulcícolas de MG. O  
534 representante da CT destacou que a NT nº 07/2017 DFAU/IEF/SISEMA contém orientações sobre  
535 os editais de ampla concorrência para seleção das melhores propostas metodológicas, os quais  
536 buscarão harmonização com a metodologia do monitoramento que se iniciará primeiramente no ES,  
537 aprovado na deliberação anterior. A representante da SEMAD teceu considerações sobre a proposta  
538 e ressaltou que após amplo debate interno na CT, os membros conseguiram chegar ao consenso.  
539 Pequenos ajustes na redação. Quanto ao prazo para publicação dos editais, houve impasse devido ao



540 procedimento que será adotado pela FAPEMIG. Foi determinado prazo de 45 dias para a Renova  
541 apresentar a minuta de edital à CT-BIO e à FAPEMIG. Votação. Aprovada a **Deliberação nº 113**.  
542 Por último, a CT-BIO apresentou proposta de deliberação referente ao TR para atendimento à  
543 Cláusula 181. O representante da CT fez breve relato sobre as recomendações das NTs nº 04 da CT-  
544 BIO e nº 3/2017/APA Costa das Algas/ICMBio, que reprovam o TR apresentado pela Fundação  
545 Renova. A representante da SEMAD solicitou retificação na NT nº 04 para que a APA Belo Oriente  
546 e o Monumento Natural do Pico do Ibituruna sejam definidas como Unidades de Conservação  
547 potencialmente atingidas. A proposta de deliberação foi ajustada para incluir a retificação conforme  
548 reavaliação do IEF. No intuito de dar celeridade ao início da execução do programa, foi acordado o  
549 prazo de trinta dias para que a Renova apresente Plano de Trabalho conforme recomendações das  
550 duas NTS. O representante da Renova solicitou a participação efetiva da Renova nos debates nas  
551 câmaras técnicas e a presidente do CIF reiterou que existe orientação do CIF para que a Renova  
552 participe de todas as reuniões de câmaras técnicas. A representante da Casa Civil demonstrou ser  
553 favorável à participação da Renova nas reuniões das CTs, mas ressaltou que, em momentos, a  
554 reunião ser fechada é importante para o aprofundamento das questões. Votação. Aprovada a  
555 **Deliberação nº 114**. Ao final da apresentação, o representante da CT-BIO comunicou que será  
556 divulgada Nota Técnica do ICMBio apresentando resultados dos estudos da UERJ e análises de  
557 sensoriamento remoto realizadas pelo IBAMA sobre a dispersão da pluma ao longo da costa,  
558 indicando a possibilidade de que pluma tenha atingido o extremo sul da Bahia (PARNA de  
559 Abrolhos) se estendendo até o norte do litoral do RJ. Foi solicitada apresentação do ICMBio sobre  
560 os resultados do monitoramento marinho para a próxima reunião do CIF. Adiante na pauta, o  
561 Secretário-Executivo do CIF registrou que a Samarco depositou em conta separada da Renova o  
562 valor de cerca de seis milhões de reais, referente ao pagamento da multa aplicada pelo CIF em razão  
563 do descumprimento do parágrafo terceiro da Cláusula 150 do TTAC, que previa a dragagem de  
564 quatrocentos metros da Usina de Candonga. Enfatizou que se trata da primeira e única multa paga  
565 pela empresa, até o momento, em decorrência dos danos ambientais oriundos do desastre. Quatro  
566 Ofícios referentes às Deliberações do CIF nº 13, 45, 54 e 80 foram projetados, sendo informado que  
567 a última se refere à destinação dos recursos em ações compensatórias adicionais nos municípios  
568 mineiros de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, Mariana e Barra Longa. O Prefeito de Mariana  
569 relatou a difícil situação financeira do município e questionou sobre a possibilidade de utilização do  
570 montante para pagamento da folha de funcionários da Prefeitura. O Procurador do Ibama asseverou  
571 que, à luz do TTAC, essa destinação não poderá ser realizada, conforme disposto no parágrafo  
572 primeiro da Cláusula 250. O coordenador da CT-Rejeitos sugeriu que os Prefeitos se manifestem e  
573 apresentem os escopos das medidas compensatórias. A Presidente do CIF informou que o montante  
574 será dividido em quatro partes iguais entre os municípios, respeitando o avençado entre os Prefeitos,  
575 solicitando que as prefeituras oficializem, em até quinze dias, os escopos das medidas  
576 compensatórias e as apresentem na próxima reunião. O Prefeito de Rio Doce informou que a  
577 Renova também entrou em contato com as Prefeituras solicitando que os municípios apresentem os  
578 projetos. A Presidente sugeriu que o CIF decida somente sobre a divisão dos valores em quatro  
579 partes iguais e que as prefeituras tratem diretamente com a Renova para a definição das medidas  
580 compensatórias. A representante da SEMAD concordou, desde que os recursos sejam aplicados em  
581 medidas compensatórias de acordo com os critérios definidos no TTAC. O Secretário-Executivo do  
582 CIF citou a Deliberação nº 80 que estabelece que o pagamento deverá ser negociado junto aos  
583 órgãos ambientais competentes e demais órgãos públicos envolvidos, sendo que o escopo e o  
584 respectivo cronograma de implantação deveriam ser implantados em até 90 dias, justamente a data  
585 desta reunião. A Presidente do CIF sugeriu nova deliberação determinando a divisão em quatro  
586 partes iguais e que as ações compensatórias serão pactuadas diretamente entre a Renova e as  
587 Prefeituras. A deliberação foi redigida nesses termos. A Presidente do CIF reiterou que os valores  
588 em torno de um milhão e quinhentos mil reais destinados a cada um dos municípios somente  
589 poderão ser empregados em ações compensatórias e adicionais não previstas no TTAC, solicitando  
590 cautela aos Prefeitos presentes. A representante da Casa Civil alertou que, em caso de divergência  
591 entre a Prefeitura e a Renova, a decisão deve ser via deliberação do CIF. Amplo debate. Consenso  
592 de que a deliberação ordenará orientações mais amplas em relação aos limites das ações adicionais  
593 e compensatórias. O Ministério Público das Fundações poderá acompanhar o repasse de recursos,



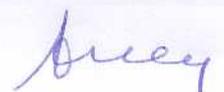
594 visto que a determinação do escopo terá base jurídica, e o Tribunal de Contas poderá fiscalizar a  
595 verba municipal. Votação. Aprovada a **Deliberação nº 115**. O representante do CBH-Doce ressaltou  
596 que a foz do rio também foi duramente impactada e argumentou que, quando houver assuntos  
597 relacionados aos rejeitos, os municípios da foz sejam contemplados. Não houve discordância.  
598 Prosseguindo os itens da pauta, o coordenador da CT-Infra apresentou a NT nº 06, com o  
599 posicionamento da CT em relação à proposta de diretrizes base para avaliação do Programa de  
600 Recuperação das Demais Infraestruturas Impactadas entre Fundão e Candonga, ressaltando que, no  
601 que tange à asseguaração da execução dos programas estabelecidos pelo TTAC, foi estabelecido o  
602 Procedimento Operacional Padrão – POP com a estratégia geral a ser adotada pela auditoria  
603 independente, bem como procedimentos específicos para cada programa, denominados  
604 Procedimentos de Asseguaração Individual – PAI. Destacou que a auditoria independente  
605 desenvolveu um terceiro documento que trata sobre as diretrizes e critérios de julgamentos a serem  
606 utilizados para a avaliação dos resultados pela Renova. O representante da EY apresentou panorama  
607 sobre o tema, informando que a Renova fez um reporte de quantas infraestruturas foram  
608 recuperadas e que a EY já analisou mais de mil documentos e vistoriou mais de quinhentas  
609 infraestruturas, realizando mais de quatrocentas entrevistas. Demonstrou as premissas utilizadas e  
610 comunicou que na próxima reunião do CIF serão apresentados os resultados de quantas estruturas  
611 foram efetivamente recuperadas pela Renova e, assim, será possível determinar o primeiro  
612 indicador aprovado pelo CIF. Ressaltou que as diretrizes para a avaliação do Programa de  
613 Recuperação das demais infraestruturas impactadas possui quatro aspectos basilares: análise  
614 documental, inspeção física, entrevistas e bases para conclusão. Foi projetado formulário com os  
615 parâmetros dos indicadores de análise de cada infraestrutura, com descrição de exemplos, os quais  
616 podem ser avaliados em três categorias: conforme, conforme com ressalvas e não conforme. A CT-  
617 Infra solicitou que, havendo ressalvas, os documentos devem retornar para análise da EY. A  
618 Presidente do CIF mencionou que se trata de caso-teste e que procedimento similar será adotado em  
619 todos os programas. O coordenador da CT-Infra informou que a CT analisará o primeiro relatório da  
620 auditoria independente e que o submeterá para a aprovação do CIF. Destacou a amplitude do escopo  
621 e a enorme demanda de trabalho, pois o programa tem prazo de duração de trinta meses, mas  
622 afirmou que a equipe mobilizada pretende pautar o tema na próxima reunião do CIF. A  
623 coordenadora da CT-FLOR apontou para a ausência de indicadores relativos à qualidade dos  
624 produtos e materiais usados nas construções. O coordenador da CT-Infra mencionou que esse  
625 apontamento foi debatido na elaboração do PAI, especialmente no documento Anotações de  
626 Responsabilidades Técnicas e, apesar da base de dados existente, CT não pode impor a utilização de  
627 determinada qualidade do produto, devido ao definido no escopo e na Ordem de Serviço. O  
628 representante da EY informou que a qualidade dos materiais não foi avaliada, mas que a Renova  
629 está elaborando um processo de manutenção conforme o Código Civil, ou seja, por um período de  
630 cinco anos, competindo à auditoria independente verificar se esse processo de manutenção está  
631 sendo efetivo, quando serão realizadas novas visitas e vistorias da infraestrutura, podendo-se  
632 questionar, se for o caso, a existência de eventuais falhas ou pontos de manutenção. Portanto, caso a  
633 qualidade dos materiais utilizados pela Renova seja muito inferior e não haja justificativa, a EY  
634 reportará a inefetividade do processo de manutenção, demonstrando-se que a qualidade dos  
635 materiais é avaliada indiretamente. O representante da Renova informou que a Fundação realiza  
636 processo de perícia preventiva para avaliar a dimensão e o tipo do impacto relativo às novas  
637 demandas, visto que a maior parte das cidades e localidades possuem construções muito antigas e  
638 que não se encaixam nos padrões atuais das normas técnicas. O coordenador da CT-Infra  
639 complementou a apresentação da EY, explicando que os itens da verificação, tanto a documental,  
640 quanto a inspeção e a entrevista, devem estar em consonância para a confecção do indicador. Frisou  
641 que o morador pode aceitar formalmente a entrega, mas na verificação da documentação a EY  
642 identificar algum problema que impeça a validação do indicador. Após a apresentação da minuta de  
643 deliberação, a representante da SEMAD advertiu que o CIF não deve deliberar a respeito do tema,  
644 devido ao fato de que a avaliação é apenas uma etapa intermediária do procedimento que está em  
645 andamento, sugerindo apenas o registro em ata, para que seja a deliberação do CIF ocorra somente  
646 após a apresentação do relatório. O coordenador da CT-Infra relatou que essa aprovação é  
647 complementar ao PAI desse programa, justificando que as diretrizes base devem ser aprovadas por



648 meio de deliberação, nos mesmos moldes em que o PAI foi aprovado. Votação. Aprovada a  
649 **Deliberação nº 116.** Registra-se a abstenção da representante do IEMA, a qual relatou insegurança  
650 em votar pela aprovação da proposta e indagou sobre o objeto específico da deliberação, o que pode  
651 ocasionar em centenas de deliberações do CIF no sentido de aprovar todos os documentos das CTs.  
652 Sugeriu que o CIF analise a pertinência de deliberar sobre temas similares e elabore critérios para  
653 definição de quais assuntos são passíveis de deliberação. A Presidente do CIF mencionou que será  
654 apresentada proposta para ser adotada como padrão, consultando os membros acerca da preferência  
655 pelo registro em ata ao invés de deliberação. O coordenador da CT-Rejeitos salientou que se trata de  
656 ratificação de NTs das CTs, necessária para a Renova e para o fluxo de governança. A representante  
657 da SEMAD argumentou que, se forem necessárias aprovações de todos os procedimentos de  
658 trabalho, o CIF contabilizará milhares de deliberações, sugerindo outras formas de aprovação para  
659 reconhecimento do encaminhamento da CT. A Presidente reafirmou o consenso de que a CT propõe  
660 e o CIF delibera, devendo-se discutir qual ato intermediário de manifestação das CTs pode servir  
661 como direcionamento para a Renova. Seguindo a pauta, o coordenador suplente da CT-Saúde  
662 informou as datas das próximas reuniões da CT para alinhamento com a Renova, mencionando que  
663 haverá reunião intercâmaras com a CT-CPDCS e a CT-SHQA para tratarem do Programa de  
664 Monitoramento da Água para Consumo Humano, ainda sem data marcada. Por conseguinte,  
665 comunicou a realização de um seminário sobre as ações em saúde em Mariana/MG na data provável  
666 de 6 e 7 de novembro. A Presidente do CIF aludiu à proposta do Prefeito de Mariana para que a  
667 próxima reunião do CIF seja nesse município. O Prefeito de Mariana propôs a realização da ação  
668 desde que houvesse algum avanço relativo à realocação de Bento Rodrigues, o que poderá tornar o  
669 encontro em um marco, pela proximidade dos dois anos do desastre. O coordenador da CT-Infra  
670 afirmou que o cronograma com as etapas para definição do projeto conceitual, análise e aprovação  
671 do parcelamento do solo e licenciamento ambiental do reassentamento de Bento Rodrigues já está  
672 definido, com grande possibilidade de que o Projeto de Expansão Urbana tenha sido encaminhado  
673 para a Câmara Municipal, ressaltando que o próprio Prefeito de Mariana deverá avaliar a  
674 viabilidade da proposta. O Prefeito de Mariana externou preocupação quanto a possíveis  
675 manifestações que poderão desgastar a relação da população com o CIF sobre algo que não é de  
676 responsabilidade do Comitê, como a questão do reassentamento, que envolve diversos órgãos. O  
677 representante do CBH-DOCE frisou que essa reunião poderá expor desnecessariamente o Prefeito e  
678 também o CIF, acerca de situação além da governabilidade do CIF. A coordenadora da CT-CPDCS  
679 sugeriu que, caso essa reunião seja concretizada, deve ocorrer com outro formato, que permita  
680 maiores momentos de escuta da população, que poderá demonstrar insatisfação. Amplo debate. A  
681 Presidente do CIF sugeriu que a próxima reunião seja mantida em Brasília na data agendada e se  
682 propôs a visitar Mariana representando o CIF na semana em que o desastre completará dois anos. O  
683 coordenador da CT-Infra sugeriu conversa com a Renova acerca de ações para os dois anos do  
684 desastre, assunto pautado para o período da tarde. A representante da SEMAD ressaltou a  
685 necessidade de avaliação dos riscos em se realizar a reunião do CIF em Mariana nessa data, citando  
686 o exemplo do Decreto para expansão urbana, o qual possui significado para os governos, mas que  
687 para a comunidade não é tido como ação efetiva. Defendeu o alinhamento construído com a  
688 comissão dos atingidos e citou a reportagem veiculada no telejornal pela manhã, sugerindo que a  
689 reunião do CIF agendada para novembro em Belo Horizonte seja reavaliada. Caso o encontro  
690 ocorra em Mariana, opinou que seja um evento nos moldes do Seminário do Rio Doce, com a  
691 presença de autoridades, com espaço para perguntas e respostas, com a participação ativa da  
692 população. Após consenso, o calendário do CIF foi mantido e a reunião no final de outubro será em  
693 Brasília. O representante do CBH-Doce sugeriu que seja realizado evento do CIF na foz do rio  
694 Doce também e aproveitou para informar sobre o Encontro de Integração realizado pelo CBH-Doce  
695 em Sooretama/ES, comunidade localizada na foz do rio Doce, nos dias 18 e 19 de outubro.  
696 Registra-se o seguinte encaminhamento: realização de dois Seminários do CIF, um em Regência e  
697 outro em Mariana. O coordenador suplente da CT-Saúde justificou o *workshop* em Mariana devido  
698 à natureza do trabalho em saúde, que contará com a presença de especialistas nessa área de atuação.  
699 Item seguinte da pauta, relativo às informações e esclarecimentos da Renova sobre as medidas  
700 compensatórias, o Prefeito de Mariana informou que a Prefeitura recebeu ofício da Renova sem a  
701 devida discriminação dos investimentos totais executados em medidas compensatórias, solicitando

702 que a Fundação apresente um balanço das medidas compensatórias nos dois anos. A SECEX  
703 oficiará a Renova para que apresente na próxima reunião os relatórios com os referidos balanços.  
704 Às doze horas e quarenta minutos a reunião foi **suspensa para o almoço**, sendo retomada às  
705 quatorze horas. Último item da pauta, o representante da Renova apresentou as estratégias de  
706 comunicação frente aos dois anos do desastre e solicitou que a SECEX encaminhe a síntese do  
707 relatório mensal aos membros do CIF. O gerente de comunicação da Renova fez breve histórico  
708 sobre o contexto negativo na mídia brasileira decorrente do rompimento da barragem de Fundão,  
709 destacando que o plano de ação para o segundo semestre está focado em seis temas estratégicos:  
710 reassentamento, indenização, manejo de rejeitos, monitoramento da qualidade de água, reparação  
711 econômica e saneamento. Outro representante da Renova mencionou que duas maquetes, física e  
712 virtual, referentes à nova Bento Rodrigues, estão sendo construídas, informando que as obras  
713 provavelmente se iniciarão em março de 2018. Também foi informado que a entrega dos Fundos do  
714 BDMG e BANDES ocorrerá ainda em outubro. Em seguida, o gerente de comunicação da Renova  
715 retomou a apresentação e explicou que a exposição dos temas de comunicação foi estruturada com  
716 mensagem-chave, desafios e entregas, os quais suscitaram amplos debates. A EY auditará as  
717 memórias de cálculo atualizadas para que dados sejam divulgados corretamente. A representante da  
718 Casa Civil solicitou divulgação ampla acerca da diferença entre o auxílio financeiro emergencial e  
719 as demais formas de indenização. Foi projetado o mapa da restauração, instrumento de  
720 comunicação disponível no sítio eletrônico da Renova que evidencia o antes e o depois em vários  
721 trechos do rio Doce através de registro fotográfico. Informou sobre a intensificação do  
722 relacionamento com jornalistas e veículos de imprensa, do treinamento de porta-vozes, do  
723 mapeamento estratégico de notícias, dos programas de rádio e da circulação de jornais e portfolios  
724 nas comunidades, além de outras ações como o “PIM quatro rodas” e o agendamento do processo  
725 de indenização. O representante da Renova informou que a realização dos dois Seminários, sendo  
726 um em Mariana e o outro na foz do rio Doce, será incluída na estratégia de comunicação da  
727 Fundação. A coordenadora da CT-CPDCS sugeriu que a equipe de comunicação da Renova consulte  
728 as CTs em relação aos conteúdos que serão publicados. A representante da SEMAD teceu  
729 considerações sobre vários pontos e solicitou que se divulgue melhor o PMQOS, a maior estrutura  
730 de monitoramento da qualidade da água de rios do Brasil. Também observou que as fotografias  
731 contidas no mapa interativo podem direcionar a interpretação incorreta de que o rio já está  
732 restaurado, necessitando de esclarecimentos sobre os ciclos de maior e menor turbidez das águas,  
733 nos períodos seco e chuvoso, lembrado que a proposta da Renova prevê o lançamento dessa  
734 estratégia de comunicação em novembro, quando o aspecto visual da água dos rios será de alta  
735 turbidez. Por fim, sugeriu as parcerias com as emissoras de rádio da região metropolitana de Belo  
736 Horizonte e com revistas especializadas para a divulgação das ações executadas junto à população  
737 da RMBH, que é formadora de opinião. O coordenador da CTEI observou que o termo “reparação  
738 econômica”, utilizado na estratégia de comunicação de Renova, poderia ser substituído por  
739 “recuperação econômica”. O Prefeito de Mariana sugeriu que as informações relativas às  
740 contratações locais e o fortalecimento da economia local sejam complementadas. Em seguida,  
741 verbalizou sugestão do Prefeito de Governador de Valadares para que as indenizações individuais  
742 de pequenos valores possam ser pagas em conjunto, o que trará maior benefício para a coletividade,  
743 pois somadas totalizam o montante de oitenta milhões de reais. Finalizou afirmando que o Prefeito  
744 mencionado não foi consultado durante o processo de pagamento das indenizações. O coordenador  
745 da CT-Infra sugeriu que nas reuniões das CTs seja reservado momento para a discussão sobre as  
746 estratégias de comunicação quanto ao conteúdo a ser divulgado, visto que algumas inconsistências  
747 foram percebidas. A Secretária da SETADES mencionou que vem trabalhando muito com os  
748 pequenos municípios e sugeriu que os meios de comunicações devem estar em consonância com  
749 cada região, citando exemplos das rádios locais. A Presidente do CIF sugeriu que também haja  
750 aproximação com a imprensa internacional. O gerente de comunicação da Renova relatou que estão  
751 buscando parcerias com alguns veículos de prestígio. O Prefeito de Rio Doce sugeriu que se  
752 exponha com mais clareza os esforços para a recuperação da Usina de Candonga. A representante  
753 da Renova relatou dificuldades de esclarecimento às pessoas sobre o funcionamento dos trabalhos  
754 de engenharia e mencionou que está sendo elaborado infográfico em linguagem mais simples para  
755 exposição do processo de recuperação da usina. A coordenadora da CT-CPDCS solicitou que a

756 reunião com todos os coordenadores das CTs fosse agendada para o dia 17 de outubro. Todos  
757 concordaram com a nova data da reunião intercâmaras a ser realizada em Brasília, aberta aos  
758 membros do CIF que puderem participar, presencialmente ou por videoconferência. Três temas  
759 serão pautados: a comunicação entre as CTs, a auditoria dos programas e o banco de dados. A  
760 SECEX convidará todos os coordenadores. A Presidente do CIF informou que, em relação aos dois  
761 seminários propostos, a SECEX articulará com os Prefeitos e enviará as propostas de datas por e-  
762 mail. Por fim, a representante da SEMAD solicitou, em nome do Secretário Adjunto, que o local da  
763 20ª Reunião Ordinária do CIF seja alterado, para que não seja realizada em Belo Horizonte. Não  
764 houve oposição à proposta e a Presidente do CIF determinou que a reunião prevista para os dias 20  
765 e 21 de novembro seja realizada em Brasília. O Prefeito de Mariana sugeriu que o andamento do  
766 plano piloto de ressarcimento dos municípios seja pautado na próxima reunião. A 18ª Reunião  
767 Ordinária do CIF se encerrou às dezesseis horas do dia vinte e seis de setembro de 2017.





INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
DIVISÃO DE APOIO AO COMITÊ INTERFEDERATIVO  
SCEN Trecho 2 - Ed. Sede do IBAMA - Bloco B - Sub-Solo, - Brasília - CEP 70818-900

**INFORMAÇÃO Nº** 1/2017/DCI/GABIN-IBAMA  
**PROCESSO Nº** 02001.001577/2016-20

**Assunto: ERRATA da Ata da 18ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo.**

1. Trata-se de Errata relativa à Ata da 18ª Reunião Ordinária do CIF, realizada em Vitória/ES nos dias 25 e 26 de setembro de 2017.
2. Na linha 513, onde se lê: "executado de acordo com as orientações da NT nº 05 do IEF e suas alterações, (...)";
3. Leia-se: "executado de acordo com as orientações da NT nº 07 do IEF e suas alterações, (...)".

**RENATO MIRANDA CARVALHO**  
Secretário-Executivo do CIF



Documento assinado eletronicamente por **RENATO MIRANDA CARVALHO, Chefe de Divisão**, em 18/10/2017, às 18:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://ibamanet.ibama.gov.br/sei/autenticidade>, informando o código verificador **1015055** e o código CRC **7992FFCA**.